



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 9/2010 -----

-----Aos treze dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 12 de Abril de 2010, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.358.300,49 € (Um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos euros e quarenta e nove centimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

**DOC. 2**

-----Esteve presente a D. Isilda Maria Mendes Cordeiro, ex-funcionária desta Câmara Municipal que iniciou a sua intervenção entregando em mãos do Presidente da Câmara alguns requerimentos endereçados à Câmara Municipal, tendo sido alertada por aquele responsável, após ouvir todos os membros do executivo, de que a sua intervenção não deveria ultrapassar muito o limite de tempo estipulado no Regimento da Câmara Municipal. De seguida procedeu à leitura de uma exposição que trazia sobre diversos assuntos, e que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----*“Num passado recente, várias vezes me dirigi a este órgão solicitando explicações sobre várias ilegalidades cometidas por Mário Alves sendo que grande parte destas traduzia em abusos de poder que me foram dirigidos ao longo de vários anos e que atingindo a minha esfera profissional, individual e familiar, transformaram a minha vida no caos que é hoje.*-----

-----*Este estava obrigado a responder-me e nunca o fez. Tudo o que fez foi incitar-me a fazer requerimentos escritos, que ele indeferia sempre e depois recorrer aos Tribunais para fazer valer os meus direitos.*-----

-----*Toda a gente sabe que o recurso aos Tribunais acarreta despesa, trabalho e sobretudo muito desgaste psicológico. Eu estava à partida numa situação de extrema desvantagem em relação a ele, que não custeava nada pois era a Câmara que tudo assumia enquanto que eu, em virtude da situação em que me deixou estar de “mãos e pés atados”.*-----

-----*Tudo fiz para evitar o recurso ao Tribunais, tentei por todos os meios resolver a situação na Câmara, tudo em vão. Sendo pois, por isso que aqui estou hoje.*-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Acho que chegou a hora de fazer a vontade a Mário Alves e recorrer aos Tribunais competentes para fazer valer direitos, que tinha enquanto funcionários e cidadã, eventualmente não contra a Câmara mas sim contra ele.-----

-----Neste momento decorrem no Tribunal Administrativo três processos que já custaram à Câmara muitas horas de trabalho dos Juristas, do Director de Departamento, e de outros funcionários que deveriam ocupar o tempo em prol do desenvolvimento do concelho e a mim muitas horas de trabalho e preocupações para pagar a advogados, são esses processos : o recurso contencioso para anulação do despacho que me injustificaram as faltas para instauração do processo disciplinar; o recurso contencioso que invoca o incidente de suspeição sobre o Director de Departamento que não poderia ser instrutor nesse processo; uma acção administrativa para indemnização em virtude de ter estado vários meses sem auferir qual rendimento, aquando da aplicação da pena de aposentação compulsiva.-----

-----Mas muitos outros processos poderão entrar em breve nos Tribunais. Porém e porque nada tenho contra a Câmara e entendo que esta não deverá assumir com erário público os devaneios de Mário Alves, urge apurar responsáveis-----

-----Efectivamente estão pendentes algumas situações que a Câmara poderá resolver sem recurso aos Tribunais, que se prendem com o abono para falhas que me era devido; com um desconto judicial indevido; com a inviabilidade de consulta de processos, entre outros.-----

-----O que eu pretendo concretamente com a minha presença aqui hoje, é o apuramento da verdade, no sentido de responsabilizar os verdadeiros responsáveis pelos atentados aos meus direitos e sobretudo pelo massacre psicológico de que fui vítima durante cerca de 13 anos.-----

-----É sem medo que hoje e aqui acuso e responsabilizo Mário Alves, João Mendes, Carolina Antunes e a Jurista Isabel Antunes de terem transformado a minha vida num inferno.-----

-----Senão vejamos:-----

-----Relativamente ao processo disciplinar, Mário Alves desculpou-se, como noutros casos, com as informações e pareceres dos seus técnicos. Ele não tem culpa, ele nem sabe de leis e muito menos que os seus técnicos a quem se referiu também não sabem trabalhar só sabem obedecer. Mas eu quero a **VERDADE**.-----

-----A verdade eu conheço-a mas pretendo que aqui fique atestada. E, a verdade é que o meu processo disciplinar é um verdadeiro atentado à lei e à moral. Já é do conhecimento público que algum tempo antes de se verificar a minha situação de faltas, uma colega minha havia estado na mesma situação por um período bem mais alargado.-----

-----O Director de Departamento era superior hierárquico dela, tal como era meu; a responsável pela secção de pessoal era a mesma (Carolina Antunes); o Presidente da Câmara era o mesmo. Eu estava ao serviço na altura em que o filho dela partiu a perna, a secção de pessoal disse-lhe que podia estar de atestado pelo filho sem problemas, e ela esteve. Já o meu filho andava adoentado requeri várias vezes férias para ficar com o meu filho, foram sempre inviabilizadas pelo Director de departamento. A desculpa de Sines não ter mandado a minha assiduidade são balelas. Era perfeitamente contornável.-----

-----Conclusão: estive 54 dias a assistir o meu filho; a minha colega teve mais de 70 dias a assistir o dela, com conhecimento do Director de Departamento e Secção de Pessoal. A Secção de Pessoal em relação a mim informou o Presidente do registo das minhas faltas.-----

-----Isabel Antunes que estava afecta ao G.T.L. e apenas deveria prestar pareceres e informações no âmbito de funções desse gabinete emitiu parecer no sentido de injustificação de 24 faltas. O Presidente injustificou-as e mandou abrir Procedimento Disciplinar, nomeando instrutor de processo João Mendes que sabendo que eu havia requerido férias...”-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Neste momento, o Presidente da Câmara Municipal informou a D. Isilda de que o seu tempo estava a terminar, pelo que dispunha apenas de mais um minuto para concluir a sua intervenção.----

-----A D. Isilda prosseguiu referindo que “então eu vou-me cingir às perguntas que queria ver respondidas:-----

-----A Mário Alves gostaria que se perguntasse, não sabia que a minha colega havia estado na mesma situação, estando assim a violar o princípio da igualdade? -----

-----A Carolina Antunes que sempre me referiu “só faço o que me mandam” gostaria de perguntar: Quem a mandou informar das minhas faltas? Também fez informação ao Presidente sobre as faltas da minha colega? Quando é que não cumpriu os seus deveres de funcionária tais como os de: isenção de zelo? Quando fez a minha informação ou quando não fez para a minha colega? Não conhecia a lei aquando da situação da minha colega? Teve alguma iluminação especial para o meu caso? -----

-----A João Mendes solicito:-----

-----Era Director de Departamento conhecia a situação quando é que desconhecia a lei, na situação da minha colega, ou na minha? Quando é que violou os seus deveres profissionais, como os de isenção e zelo?” -----

-----O Presidente da Câmara informou a D. Isilda que, dentro dos parâmetros da lei, dava por terminada a sua intervenção. Mais informou que, no que diz respeito aos requerimentos apresentados, e uma vez que vêm dirigidos à Câmara Municipal, enviá-los-á a todos os Vereadores.

-----A D. Isilda esclareceu que os requerimentos que entregou vão dirigidos à Câmara Municipal, na tentativa de lhe serem respondidas algumas questões. Disse ainda que, terminado o seu tempo de intervenção, e dado que não acabou de ler na íntegra a exposição que trazia, iria entregá-lo ao Senhor Presidente da Câmara, e bem assim distribuir uma cópia do mesmo pelos jornalistas presentes, alegando que a reunião é pública.-----

-----O Presidente da Câmara concluiu dando conta a todos os presentes do teor dos referidos requerimentos que lhe foram entregues pela D. Isilda, lendo-os na íntegra. Perguntou ainda aos vereadores se pretendiam pronunciar-se sobre o assunto, tendo o Vereador Mário Alves referido que “tal como no passado, quem responde às questões que são formuladas é o Sr. Presidente”. -----

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Vereador Mário Alves referiu que “mas poderia dar algum esclarecimento ou ajuda, porque os factos que a Dra. Isilda apresentou, penso que, dos assuntos apresentados, apenas um diz respeito à Câmara a que eu presido e que é acerca da consulta do seu processo, todos os outros dizem respeito ao mandato anterior”. Dirigindo-se à D. Isilda esclareceu ainda que “do entendimento que tenho, e também de alguns pareceres é que toda a gente pode, dentro de determinados princípios consultar, porque tudo o que está dentro da Câmara é público, tirando algumas situações que estão consagradas na lei, em termos de sigilo, e que implicará com a vida de outras pessoas. Por isso, isto é uma casa pública, uma casa onde os munícipes podem consultar os seus documentos. Por isso, desta minha filosofia, daqui, seja meu ou seja do passado, poder-se-á consultar, desde que na minha opinião seja feito um pedido por escrito. Porquê? Para que lhe possamos criar condições na própria consulta. Não é para lhe mexermos no seu processo, não é nada disso, é para que se lhe possa proporcionar, inclusive, uma sala com condições para que possa estar a consultar o seu processo. Acho que também não fica bem estar no serviço, na presença dos outros funcionários, enquanto está a consultar as suas coisas. Ou seja, deve ter alguma privacidade na consulta dos seus documentos. E por isso é que eu a aconselho, quando quiser consultar qualquer documento, me envie isso por escrito, e da minha parte haverá a maior disponibilidade para que o faça.” -----

-----A D. Isilda referiu que a sua questão se prende apenas pelo facto de entender que foi violado o princípio da igualdade, salientando que “há muito pouco tempo, um advogado mandatado por



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

uma colega minha para consultar o processo dela, consultou-o nesta casa, ninguém lhe pediu que a consulta deveria ser solicitada por escrito. Consultou-o na hora, porque é que eu hei-de ser diferente dos outros, porque é que, de cada vez que eu consulto o meu processo, noto a falta de documentos lá. Esses documentos envolvem muita gente, mas têm que lá estar. Porque é que o meu processo não é numerado.”-----

-----O Presidente da Câmara chamou a atenção da D. Isilda, referindo que “aquilo que a senhora está a dizer é grave. E não é dizer, é fazer prova de que efectivamente lhe faltam esses documentos”. Mais referiu que os fundamentos deste novo executivo é apenas o cumprimento da lei, sublinhando que “e aquilo que eu quero é que a lei seja cumprida”. Disse ainda que “quanto aos restantes assuntos de foro jurídico, não tenho resposta para lhe dar agora. Há coisas que foram entregues aos Tribunais e é nessa instância que serão decididos, e outras das quais pedirei parecer a um conjunto de advogados numa tentativa de resolver o assunto”.-----

-----A D. Isilda referiu ainda que “pois, mas de facto com cinco minutos por mês eu não consigo demonstrar, e não posso andar a pedir certidões e a fazer pedidos de informação quando depois, não me respondem, ou não me respondem no prazo devido, ou contornam as situações. Então, eu, porque só tenho cinco minutos por mês vou andar aqui a empatar os funcionários da Câmara porque vão chover agora, catadupa pedidos de informação, vão chover à dezenas, e vou andar aqui a empatar os funcionários da Câmara”.-----

-----O Presidente da Câmara mais referiu que “Dra. Isilda nós aqui somos defensores da lei tal como a senhora disse que gostava que também fosse cumprida a lei, e por isso, aquilo que está no nosso regulamento é o cumprimento da lei”. Mais referiu que “sobre isto não tenho mais nada a dizer. Aquilo que poderei assumir é que lhe serão dadas algumas respostas por escrito acerca daquilo que hoje entregou aqui e como disse há coisas que são do passado. No entanto um Presidente de Câmara herda tudo, herda aquilo que é bom, e herda aquilo que é mau.-----

-----A D. Isilda lembrou que colocou algumas questões que gostaria de ver respondidas.-----

-----O Presidente da Câmara referiu que não iria interromper a reunião para efectuar uma análise às questões levantadas, pelo que, numa próxima reunião pública lhe responderia a algumas dessas perguntas, dentro de um princípio de transparência e de verdade.-----

## **2 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

### **2.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA**-----

#### **-----2.1.1 – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NOGUEIRENSE – VOTO DE CONGRATULAÇÃO E LOUVOR**

-----O Vereador Paulo Rocha propôs à Câmara Municipal a aprovação de um voto de congratulação e louvor pelo mérito desportivo alcançado pela Associação Desportiva Nogueirense ao sagrar-se campeã distrital na modalidade de futebol 11 senior masculino, que confere, por direito, a ascensão à Terceira Divisão Nacional de Futebol.-----

-----Salientou ainda que, durante o anterior mandato foi aprovado um normativo que enquadra este tipo de situações, o Prémio Municipal de Mérito Desportivo, que prevê a atribuição de um subsídio extraordinário, com base no valor do subsídio anual atribuído às entidades que desenvolvem a prática desportiva, e bem assim a forma de entrega do mesmo que prevê a realização de uma cerimónia pública na qual será feito o reconhecimento do êxito alcançado. Disse ainda que “esse normativo foi aprovado no anterior mandato e parece-me pertinente fazer referência a isso



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

para que o executivo, em funções, dê, se assim o entender e caso não exista nenhuma revogação daquilo que foi aprovado anteriormente, sequência a esta matéria”. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, devendo ser dado conhecimento da presente deliberação à Associação Desportiva Nogueirense.** -----

----- Sobre o assunto, o Presidente da Câmara referiu que efectivamente é um acontecimento que dignifica e orgulha o concelho, sublinhando que esta subida de divisão também se prende com a melhoria de infraestruturas da Associação Desportiva Nogueirense. Salientou ainda que “é um reconhecimento, e o executivo aplicará o regulamento em vigor para efeitos de realização da referida cerimónia”. Informou igualmente que a pedido da Associação, a equipa vencedora foi recebida no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, no passado Domingo. Mais referiu que no passado também a Sociedade Recreativa Ervedalense foi campeã e não foi recebida na Câmara Municipal. -----

----- **2.1.2 – ENTREGA TARDIA DE UM CONVITE REMETIDO PELA ESTGOH** -----

----- O Vereador Paulo Rocha manifestou o seu desagrado pela recepção tardia de um convite que foi enviado pelo Presidente do IPC - Instituto Politécnico de Coimbra aos vereadores da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, usando o endereço da autarquia, para a cerimónia de tomada de posse do novo Presidente da ESTGOH - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Disse ainda entender que deveria ter existido da parte dos serviços outro cuidado em fazer chegar aos vereadores esse tipo de correspondência, uma vez que só receberam o referido convite posteriormente à realização da mencionada sessão. -----

----- O Presidente da Câmara referiu desconhecer o motivo que originou a entrega tardia do referido convite, lamentando o sucedido e desejando que situações deste género não voltem a acontecer, pois gostaria que os senhores vereadores tivessem estado presentes nessa cerimónia. ----

----- O Vereador Mário Alves lembrou que o convite apenas lhes foi entregue juntamente com a documentação que iria fazer parte da agenda da reunião da Câmara Municipal. -----

----- O Presidente da Câmara referiu ainda que, face ao sucedido, iria remeter uma carta, quer à ESTGOH, quer ao Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, a explicar o sucedido, no sentido de esclarecer a ausência dos senhores vereadores à cerimónia em causa. -----

----- **2.1.3 – COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA** -----

----- O Vereador Paulo Rocha disse ainda ter tido conhecimento da realização de uma sessão/colóquio, na Casa da Cultura César Oliveira, no âmbito do programa das comemorações que a autarquia está a levar a efeito sobre o Centenário da Implantação da República Portuguesa, em que esteve presente o Dr. Mário Soares, questionando o Presidente da Câmara relativamente à forma como essa parceria foi estabelecida, nomeadamente em termos de custos, e em termos de outras iniciativas que venham a decorrer. -----

----- O Presidente da Câmara esclareceu que a iniciativa em causa foi da responsabilidade da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, sob a coordenação do Prof. Paulo Albernaz, e que a Câmara Municipal foi apenas um parceiro na realização deste evento. Disse ainda que, em termos de custos, a Câmara Municipal apenas ofereceu ao Dr. Mário Soares uma pequena lembrança, “O Grande Livro do Queijo Serra da Estrela”, sendo que a cedência do espaço foi gratuita. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Pelo que sabe, o Vereador Paulo Rocha referiu-se ainda ao Programa das Comemorações, sublinhando que é mais vasto e inclui outras iniciativas.-----

-----A Vereadora Graça Silva deu conta que o Programa das Comemorações do Centenário da Implantação da República Portuguesa está a ser elaborado em articulação com as diferentes escolas, sublinhando que não é um programa só da Câmara Municipal mas de todas as escolas que estão a colaborar com a autarquia. Disse ainda existirem actividades em que a Câmara Municipal é parceira e outras em que a Câmara será a mentora.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu ainda que, neste caso, a participação da Câmara Municipal passou apenas pela cedência do espaço.-----

-----**2.2 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----O Presidente da Câmara deu ainda conhecimento à Câmara Municipal, e particularmente ao Vereador Paulo Rocha, no seguimento da sua intervenção em reunião da Câmara Municipal de 02 de Março do corrente ano, da sua presença numa reunião da Estradas de Portugal, que teve lugar na sua sede, sita em Coimbra.-----

-----O Vereador Paulo Rocha deu conta que, do que pôde verificar, já foi concluída a aplicação de lama asfáltica, e repintado o pavimento, no troço da EN 17 que se enquadra no concelho de Oliveira do Hospital. Informou ainda que os semáforos instalados na EN17, cruzamento da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, se encontram “danificados” há já algum tempo.-----

-----O Presidente da Câmara referiu que mesmo assim é algo que não o satisfaz, dando conta que nessa reunião, para além da equipa técnica, esteve ainda presente o Vice-Presidente da Estradas de Portugal, Engº Eduardo, e o responsável pelas Estradas do Centro/Norte, e que, para além dos assuntos relacionados com o mau estado do referido troço troço (EN 17 - concelho de Oliveira do Hospital), ficou ainda acordado que os técnicos, em tempo oportuno vão agendar junto do responsável pelas estradas do Distrito de Coimbra, uma nova visita à Estrada Nacional 17. Disse ainda que foi igualmente informado de que está a ser elaborado um relatório sobre a estrada do Carregal do Sal - Ponte da Atalhada, pelo que se prevê que ainda durante o próximo mês de Setembro possam vir a ser executadas algumas intervenções no concelho de Oliveira do Hospital. --

-----O Vereador Mário Alves disse entender “não serve de nada à nova entidade de gestão das estradas, andar com esse tipo de discurso, porque é o discurso do faz de conta, e que é muito habitual, infelizmente, no nosso país”, dando conta que as mesmas pessoas já se deslocaram à Ponte da Atalhada há mais do que um ano. Mais referiu que a EN 230 também se encontra em mau estado e que no seu entender o que foi feito na EN 17, não é absolutamente nada porque “foi colocada a lama asfáltica e o pavimento está completamente fendilhado”. Disse igualmente entender que “não é com este tipo de tratamento que aquela entidade vai resolver o problema naquela via”. Considera ainda que a Câmara Municipal deve exigir que o problema seja resolvido por outra via, ou seja, dando maior e melhor urbanidade à via, nomeadamente dentro dos núcleos urbanos, e fora dos núcleos urbanos, aplicando outro tipo de pavimento, criando passeios onde sejam necessários para dar maior segurança aos peões. Salientou ainda que esta é que deve ser uma das exigências do Município de Oliveira do Hospital para com aquela entidade.-----

-----O Presidente da Câmara subscreveu a posição do Vereador Mário Alves, salientando que “foi isso que eu fiz, mostrando mesmo algum desagrado pela situação”. Mais referiu que a informação que lhe foi transmitida na dita reunião “é que, derivado às condições climatéricas que se fizeram sentir durante este Inverno, tiveram que acorrer a muitas situações do género, assumindo no entanto o compromisso de que, o mais tardar durante o mês de Setembro, darão início às intervenções julgadas necessárias no concelho de Oliveira do Hospital”. Manifestou ainda a sua



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

satisfação pelo facto de ter constatado que os técnicos que acompanharam os trabalhos da referida reunião se mostraram muito bem documentados relativamente às estradas do concelho de Oliveira do Hospital, reconhecendo que a discussão foi muito profícua e com alguma estratégia de trabalho. Concluiu a sua intervenção desejando que se passe das palavras e se concretizem trabalhos, que é aquilo que a política às vezes não faz. -----

-----O Vereador Mário Alves disse ainda entender que, quando se remetem as intervenções para o mês de Setembro, é para dizer claramente que “este ano não faz absolutamente mais nada”, porque na sua opinião “o tempo para intervir ao nível destas obras, é precisamente aquele que agora decorre, ou seja, quando temos bom tempo e que dá capacidade de intervenção até final dos meses de Setembro/Outubro, se as coisas correrem bem”. Mais referiu que “estão a dizer claramente que no corrente ano não assumem qualquer compromisso a não ser que decorra de uma situação de emergência, Ou seja, continuam mais uma vez, para mim, como sempre a protelar..., protelar..., protelar...”.-----

-----Sobre o assunto, o Vereador José Carlos Mendes interveio referindo que no seu entender, o Município de Oliveira do Hospital, dentro das suas possibilidades, deveria defender a rectificação da estrada de Fiais da Beira até à Ponte da Atalhada, por considerar que aquela via, estando em boas condições, facilitaria todos aqueles que pretendem deslocar-se até à cidade do Porto, tendo em conta a estrada que recentemente foi construída entre Carregal do Sal e Tondela, facilitando assim o acesso à A25. -----

-----O Presidente da Câmara disse reconhecer que os pensamentos/sentimentos do Vereador José Carlos Mendes só vão ao encontro das necessidades do concelho e da Estrada Nacional 230, mas, independentemente de não o ter dito, porque ainda não tem quaisquer garantias, a Estrada Nacional 230 e a sua rectificação foi muito discutida na dita reunião, sendo que um dos argumentos que utilizou foi precisamente o facto da estrada de Carregal do Sal a Tondela, ser uma via rápida, e lembrando que se a EN 230 estiver nas mesmas condições seria uma oportunidade dos oliveirenses chegarem à A25 (entre Viseu/Aveiro), mais rapidamente. Salientou ainda que a EN 230 fazia parte das suas reivindicações a apresentar naquela reunião, manifestando a sua satisfação pelo facto de ter conseguido que o assunto fosse remetido para análise.-----

-----O Vereador Mário Alves lembrou ainda que “foi entregue um projecto, mandado fazer pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, quando o Sr. Dr. Victor Baptista era Vice-Presidente do ICERR, e que assumiu com esta autarquia, nomeadamente com o Presidente de então, Engº Carlos Portugal, a realização daquela obra com a respectiva correcção, incluindo as curvas.” Mais referiu que “aquilo de que estamos a falar foi assumido há mais de 9/10 anos, seguramente, e que nunca foi feito nada, sendo no entanto um assunto que por várias vezes foi discutido em sessão da Assembleia Municipal”.-----

-----O Presidente da Câmara referiu que são coisas do passado e que outras pessoas que passaram por lá também não resolveram, entendendo no entanto que o fundamental, neste momento, é reivindicar e lutar por aquilo que é justo, Salientou que é uma postura que tem tido, esperando que a médio e curto prazo tragam benefícios para o concelho de Oliveira do Hospital.----

### **2.3 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES**-----

#### **-----2.3.1 – ESTRADA ALDEIA DAS DEZ/VALE DE MACEIRA – ALTERAÇÕES AO TRACADO**-----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu-se à estrada Aldeia das Dez/ Vale de Maceira, dando conta de que foi questionado por um habitante da freguesia de Aldeia das Dez relativamente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

a possíveis alterações ao projecto que inicialmente foi colocado a concurso, e que em vez de melhorarem o traçado o estariam a piorar, questionando o Presidente da Câmara acerca da veracidade desta situação.-----

-----O Presidente da Câmara informou que o projecto que foi lançado a concurso, é aquele que está a ser executado pela Câmara Municipal, sublinhando que, neste momento, não faria sentido efectuar qualquer tipo de alteração ao referido traçado, a não ser que se verifique algum incumprimento por parte da empresa adjudicatária, situação que lhe foi confirmada pelos técnicos da autarquia. Informou ainda que está a equacionar a eventual contratação de uma empresa externa de fiscalização de obras públicas, tendo já para o efeito solicitado um orçamento.-----

**3 - ORDEM DO DIA:**-----

**3.1 - CERIMÓNIA DE ASSINATURA DO ACORDO DE PRINCÍPIOS SOBRE AS "DOP SERRA DA ESTRELA"**-----

**D.A.G.F.**

-----O Presidente da Câmara convidou os Senhores Vereadores a estarem presentes na cerimónia de assinatura do Acordo de Princípios sobre as “DOP Serra da Estrela”, que terá lugar no próximo dia 16 de Abril, Sexta-feira, pelas 14:30 horas, na Casa da Cultura César de Oliveira, em Oliveira do Hospital, manifestando a sua congratulação pelo facto do concelho de Oliveira do Hospital ter sido escolhido para o referido efeito.-----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves referiu que “eu relembro e lamento que neste Acordo de Princípios não se preveja o tal apoio efectivo, quer aos Pastores já existentes, quer eventualmente ao aparecimento de novas pessoas no âmbito da pastorícia, ou seja, ao nível do apoio da aquisição de ovinos para que efectivamente se possa aumentar a produção do Queijo Serra da Estrela. Lamento que efectivamente este Acordo de Princípios fique pela comunicação, pelo marketing e pelo apoio técnico”.-----

-----O Vereador José Francisco Rolo esclareceu que o documento em causa visa essencialmente incentivar a componente de comercialização para fixar e consolidar a actividade para gerar receitas para os produtores. Mais referiu que “ao nível das ajudas à instalação de novos ovinicultores têm as medidas dos eixos do PRODER, onde este Plano também se vai financiar”.-----

-----O Presidente da Câmara referiu ainda que a elaboração do documento em causa teve a colaboração de Técnicos da Direcção Regional da Agricultura, do Ministério da Agricultura, e de algumas Associações, tais como a ANCOSE e a ESTRELACOOOP. Espera no entanto que não se trate apenas de um documento “estático”, mas que traga alguma dinâmica no âmbito desta actividade. Disse ainda corroborar a posição do Vereador Mário Alves, salientando que fará referência à questão das ajudas no discurso que irá proferir aquando da cerimónia de assinatura deste Acordo.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

**3.2 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS - TRANSPORTE EM TÁXIS**-----

**D.A.G.F./Proc.41/DOC.3**

-----Na sequência da deliberação camarária de 30 de Março de 2010, foi presente à Câmara Municipal a proposta de alteração e republicação do actual “Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi”, tendo o Presidente da Câmara solicitado a presença do seu Adjunto, Francisco Rodrigues, responsável pela





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

elaboração do documento em causa, para prestar alguns esclarecimentos relativamente às alterações introduzidas. -----

-----Após análise e ponderação do assunto, entre várias intervenções dos senhores vereadores e do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artigo 118º do C.P.A., submeter a apreciação pública a proposta de alteração e republicação do actual Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi, incluindo as alterações que foram sendo sugeridas por todos os intervenientes, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

**3.3 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE:** -----

-----**3.3.1 - LIU JIANXUE - "O MUNDO DA CHINA"** -----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer autorização para a instalação de uma placa publicitária no seu estabelecimento, sito na Rua do Ameal, nº 22 - A, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----**3.3.2 - DANIELA CASTANHEIRA RAMOS**-----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer autorização para a instalação de uma placa publicitária no seu estabelecimento, sito na Rua Engº Adelino Amaro da Costa, 5 A, R/C A centro, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

**3.4 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:** -----

**A) INSTITUIÇÕES:** -----

-----**A-1) ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA** -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, um subsídio no montante de **26.500,00 € (Vinte e seis mil e quinhentos euros)**, como apoio à aquisição de uma nova ambulância para efeitos de substituição da viatura que foi objecto de acidente de viação (despiste), no passado dia 23 de Fevereiro, quando procedia ao transporte de regresso de doente após se ter deslocado às urgências dos HUC (Coimbra). -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-2) ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOLIDARIEDADE MÃOS UNIDAS P. DAMIÃO** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Portuguesa de Solidariedade de Mãos Unidas P. Damião, um subsídio no montante de **50,00 € (Cinquenta euros)** como comparticipação na luta contra a Tuberculose, Lepra, e outras doenças endémicas em seres humanos.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----**A-3) IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS PRECES - VALE DE MACEIRA - ALDEIA DAS DEZ**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Irmandade de Nossa Senhora das Preces, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)**, a título de comparticipação na realização de obras de recuperação na Capela de Santa Eufémia, na Capela do Colcurinho, e no jardim do Santuário em Vale de Maceira, freguesia de Aldeia das Dez.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta, devendo os trabalhos em causa serem objecto de acompanhamento por parte dos serviços técnicos da autarquia.-----

**B) AUTARQUIAS:**-----

-----**B-1) FREGUESIA DE LAJEOSA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Lajeosa, um subsídio no montante de **3.300,00 € (Três mil e trezentos euros)**, como apoio à implementação do Programa “POCAL” nos serviços da Junta de Freguesia, e bem assim aos trabalhos de reparação das paredes envolventes à futura Casa Mortuária daquela freguesia, que se encontram em mau estado de conservação, apresentando algum perigo de derrocada.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----**B-2) FREGUESIA DE LOUROSA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Lourosa, um subsídio no montante de **4.500,00 € (Quatro mil e quinhentos euros)**, sendo que **2.500,00 € (Dois mil e quinhentos euros)** se destinam à colocação de um fole e respectivas portas no Palco do Polidesportivo daquela freguesia, e **2.000,00 € (Dois mil euros)** à realização de um evento que contará com diversas actividades de índole desportivo, cultural, recreativo e social, destinado a toda a população, e que terá lugar no Parque Desportivo e de Lazer de Lourosa.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

presente proposta, devendo os trabalhos em causa serem objecto de acompanhamento por parte dos serviços técnicos da autarquia.-----

-----**B-3) FREGUESIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **468,93 €** (Quatrocentos e sessenta e oito euros e noventa e três cêntimos), para fazer face a despesas correntes.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

**3.5 - OBRAS PARTICULARES:**-----

-----**3.5.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.A.G.F./DOC.4

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 26 de Março e 08 de Abril de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**3.6 - OBRAS PÚBLICAS:**-----

-----**3.6.1 - EMPREITADA DE "BENEFICIACÃO E REPAVIMENTAÇÃO DA EM 503-1/ ER 230/LAJEOSA" E "BENEFICIAÇÕES DIVERSAS EM LAGARES DA BEIRA" – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO**-----

D.S.T./DOC.5

-----Por proposta do Presidente a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artº 36º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, deliberou, por unanimidade designar como júri da empreitada em epígrafe os senhores:-----

----- **Efectivos:**-----

----- **Presidente** – Dr. João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças;-----

----- Engº Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior;-----

----- - Dra. Ana Raquel Leitão Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior.-----

----- **Suplentes:**-----

----- - Engº Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos;-----

----- Engº Fernando António Amaral Vicente, Técnico Superior.-----

----- Por proposta daquele responsável e de acordo com a informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, foi também deliberado abrir concurso público para a empreitada de “Beneficiação e Repavimentação da EM 503-1/ER 230 Lajeosa” e “Beneficiações diversas em Lagares da Beira”.-----

-----Foi ainda deliberado aprovar os respectivos, programa de concurso, caderno de encargos e projecto, cujo orçamento se releva a 253.500,00 € (Duzentos e cinquenta e três mil e quinhentos euros).-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves solicitou autorização ao Presidente da Câmara para consultar o Caderno de Encargos da referida empreitada, ao que aquele responsável referiu não ver qualquer inconveniente. Explicou ainda que esta via só não foi submetida a intervenção no mandato anterior por causa de questões relacionadas com o saneamento, nomeadamente do que está previsto ao nível da ligação para efeito de tratamento dos efluentes de Lagos da Beira para a Lajeosa, sublinhando que “é de toda a conveniência que a intervenção em causa não seja executada sem que esteja feita a ligação dos efluentes de Lagos da Beira para Lajeosa, com vista ao seu tratamento na ETAR que vai ser construída na freguesia de Lajeosa, a fim de evitar cortes no pavimento”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu tratar-se de um assunto que está a ser devidamente acautelado pelos serviços.-----

----- Neste momento, o Vereador Paulo Rocha deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais.-----

**3.7 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:**-----

-----**3.7.1 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.6

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 29 de Março e 12 de Abril de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES**-----

-----**4.1 - MARCHAS POPULARES 2010 - PROPOSTA DE REGULAMENTO**-----

D.A.G.F.

-----A Vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião que teve lugar no passado dia 8 de Abril, na Sala de Reuniões do Executivo, em que estiveram presentes alguns Presidentes de Junta de Freguesia, Presidentes de Direcção de Associações Culturais, e de IPSS's, do concelho de Oliveira do Hospital, cujo objectivo era a organização do Desfile/Concurso de Marchas Populares – 2010, bem como a elaboração da proposta de Regulamento, cuja cópia distribuiu pelos Senhores Vereadores para análise e posterior decisão.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**4.2 - JORNADAS ESCOLARES/ FESTIVAL DA CANÇÃO/COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL/ EXPOSIÇÃO NA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO EM OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----A Vereadora Graça Silva convidou todos os presentes a assistirem às Jornadas de Teatro Escolar que se realizarão durante o corrente mês de Abril, bem como ao Festival Infantil da Canção que terá lugar no último fim-de-semana do mês de Abril, dinamizado pelos Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular do 1º CEB. Convidou ainda todos os presentes a participarem nas comemorações do 25 de Abril, que se realizarão de 23 a 25 de Abril do ano em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

curso, entregando a todos o respectivo Programa das actividades a desenvolver, salientando que a sua elaboração teve a contribuição dos diferentes grupos parlamentares/municipais com assento na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, a quem agradece toda a colaboração prestada para o efeito.-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara deu ainda conhecimento à Câmara Municipal que as referidas comemorações terão como convidado de honra o Senhor Embaixador de Moçambique.

-----A Vereadora Graça Silva informou ainda que, está a decorrer na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital uma exposição designada de “Semana Ecológica”, dinamizada pelos alunos do 12º Ano – A, da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, no âmbito da Área de Projecto.-----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**4.3 – BALANÇO PROJECTO “LIMPAR PORTUGAL”**-----

-----O Vereador José Francisco Rolo informou a Câmara Municipal que, no âmbito do Projecto “Limpar Portugal” que decorreu no passado dia 20 de Março de 2010, estiveram envolvidos cerca de 150 voluntários e 14 entidades do concelho, incluindo o Município de Oliveira do Hospital, a saber, 6 Juntas de Freguesia, Alvôco das Várzeas, Nogueira do Cravo, Oliveira do Hospital, Penalva de Alva, Travanca de Lagos e Seixo da Beira, a Associação Florestal CAULE, a Cooperativa Beira Central, a Rádio Boa Nova, o Clube Duas Antas de Seixo da Beira e os Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital a que acrescem mais duas empresas, e o Grupo Pegada Ecológica da cidade de Oliveira do Hospital. Disse ainda que a referida acção foi coordenada pela Eng<sup>a</sup> Cátia Rosas, natural da freguesia de Travanca de Lagos, e que, independentemente de ter decorrido num dia que tinha como concorrência a realização da “XIX Festa do Queijo Serra da Estrela e Outros Produtos Locais de Qualidade” e como obstáculo o mau tempo que se fez sentir nesse dia, conseguiram resistir até ao final do dia 82 pessoas das 150 inscritas como voluntárias. Mais referiu que de acordo com o registo efectuado pelos serviços da autarquia foram recolhidos cerca de 85 m<sup>3</sup> de resíduos que, segundo informação obtida junto da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, corresponde a cerca de 5 toneladas de resíduos recolhidos por aquele grupo de voluntários no concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----Sobre o assunto, deu igualmente conhecimento que no próximo dia 22 de Maio, data em que se comemora o Dia Mundial da Biodiversidade, irá realizar-se um encontro que reunirá de novo todos estes voluntários, convidando os Senhores Vereadores a participarem nesse convívio. Concluiu referindo que “este grupo de 150 pessoas que aderiu ao Projecto “Limpar Portugal”, quanto a mim, será uma boa base para constituir aquilo que de momento estamos a estudar, e que é um Banco de Voluntariado no concelho de Oliveira do Hospital”.-----

-----**Assim, e por proposta do Vereador José Francisco Rolo, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar um voto de louvor como reconhecimento e incentivo ao espírito de voluntariado de todos os voluntários e entidades que aderiram livremente ao Projecto “Limpar Portugal”.**-----

-----**4.4 – ACÇÃO SOCIAL – CRIAÇÃO DE UM BANCO DE RECURSOS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Vereador José Francisco Rolo informou a Câmara Municipal que, tendo em conta que no âmbito da Acção Social, há um conjunto de bens que resultam de um trabalho de recolha efectuado por parte de algumas IPSS's do concelho que se encontram, quer na posse destas, quer na posse da





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital a pedido da Câmara Municipal, está em fase de constituição a criação de um Banco de Recursos Sociais no Município de Oliveira do Hospital, para que estes possam ser concentrados num espaço através do qual se possa efectuar a sua gestão de acordo com as necessidades da política de acção social do Município, das directrizes e necessidades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, e bem assim das necessidades resultantes de situações de emergência social e situações de carência económica devidamente fundamentadas. Mais referiu que para a constituição do referido Banco de Recursos já foram oficiadas todas as IPSS's do concelho no sentido de participarem na parceria da recolha destes bens e seu encaminhamento para este Banco de Recursos Sociais, salientando que nesta fase será também “um embrião da Loja Social que queremos ligar ao Banco de Voluntariado”. Disse ainda que “não queremos uma Loja Social para ser só uma estrutura que cria um lugar e que cria naturalmente alguma despesa, queremos também que associada à gestão da Loja Social esteja um espírito de abertura à comunidade e que possa ser feito numa lógica de voluntariado”. Prosseguiu referindo que “se conseguirmos fazer isso estamos a cumprir a nossa missão para com as famílias mais carenciadas e que necessitam de ajuda da parte do Município e das Instituições de Solidariedade Social”. Informou igualmente que “as Normas de Funcionamento do Banco de Recursos estão, neste momento, em elaboração, para que tudo decorra de forma clara e transparente, as quais, naturalmente trarei à reunião de executivo para que possa ser discutido de forma aberta e que possa no final ser aprovado”. -----

**5 - OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----

**-----5.1 - CONFRARIA DO QUEIJO SERRA DA ESTRELA – SUBSÍDIO ATRIBUÍDO EM REUNIÃO DE 17 DE FEVEREIRO DE 2010 – RECTIFICAÇÃO -----**

-----No seguimento da deliberação camarária de 17 de Fevereiro de 2010, e atendendo a que o jantar promocional da “XIX Festa do Queijo Serra da Estrela e Outros Produtos Locais de Qualidade”, habitualmente promovido pela Confraria do Queijo Serra da Estrela, acabou por não se realizar por razões diversas, a Câmara Municipal, por proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por todos os membros presentes, corrigir o montante do subsídio atribuído àquela entidade, na reunião acima mencionada, diminuindo o mesmo para o montante de 6.000,00 € (Seis mil euros). -----

**-----5.2 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL -----**

-----Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, agendar uma reunião extraordinária para o próximo dia 20 de Abril do ano em curso, com início às 10h00, com a seguinte ordem do dia: -----

**-----1 – ORDEM DO DIA -----**

**-----1.1 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2009;---**

**-----1.2 – Apreciação e votação da Proposta de Aplicação do resultado Líquido do Ano de 2009; - -----**

**-----1.3 – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2010. -----**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **doze horas e vinte e sete minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 13 de Abril de 2010 -----

Presidente \_\_\_\_\_

Vereadores \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 13 DE ABRIL  
DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**